

Sumário

Número de notícias: 23 | Número de veículos: 18

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SERVIDOR PÚBLICO

Pacote traria economia de 0,5% do PIB em 2034, diz estudo da ARX 3

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Ministro defende Justiça do Trabalho acessível e eficiente 6

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

IA: a chave para reduzir a insegurança jurídica - OPINIÃO JURÍDICA 8

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Governo aposta em acordos para reduzir o número de litígios 10

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Na mira do governo, concessão do BPC tem impulso via Justiça 11

PORTAL UOL - REPORTAGEM
SEGURIDADE SOCIAL

Câmara deve votar projeto de motoristas de app ainda neste ano, diz relator 12

VALOR ECONÔMICO - SP - AGRONEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Setor de óleos tenta manter isenção de tributos 14

FOLHA ONLINE - SP
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: CCiF propõe redução de infrações previstas no PLP 108 de 37 para 5
(Reforma tributária) 16

O GLOBO ONLINE - RJ - SAÚDE
REFORMA TRIBUTÁRIA

País tem gasto de R\$ 18,8 bilhões com doenças e perda de produtividade por conta do
consumo de álcool 17

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Consumo de álcool custa R\$ 19 bi por ano aos cofres públicos, diz Fiocruz 19

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Pacote de revisão de gastos deve sair nesta semana 21

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Eleição nos EUA será chave para indicar direção do dólar 23

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Eleições americanas causam tensão no Brasil 24

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Focus prevê inflação de 4,59%, mais longe da meta	26
O GLOBO - RJ - OPINIÃO ECONOMIA	
É preciso desvincular BPC e aposentadoria do salário mínimo (Editorial)	27
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
O que calcula o mercado financeiro - MÍRIAM LEITÃO	28
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Lula reúne ministros para discutir corte de gastos	30
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL SEGURIDADE SOCIAL	
Desacelerar benefícios traria economia de R\$1,1tri,estimaBijos	31
VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
EUA abrem eleição mais incerta de sua história	33
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO ECONOMIA	
Produtividade, crescimento e distribuição de renda (Artigo)	34
A TARDE - SALVADOR - BA - ECONOMIA ECONOMIA	
Mercado financeiro projeta taxa Selic de 12,5% em junho de 2025	36
GAZETA DE ALAGOAS - AL - POLÍTICA ECONOMIA	
Fazenda apresenta a Lula quadro fiscal e propostas da equipe econômica; dólar cai	38
O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA ECONOMIA	
Copom se reúne com projeção de aumento da taxa de juros para 11,25%	39

Pacote traria economia de 0,5% do PIB em 2034, diz estudo da ARX

Marcelo Osakabe De São Paulo

As principais medidas em discussão que podem constar na versão final do pacote de ajuste fiscal a ser anunciado pela equipe econômica nos próximos dias podem resultar em uma economia de R\$ 15,1 bilhões já em 2025 e de até R\$ 112,2 bilhões em 2034, ou 0,50% do **PIB**. Os cálculos são dos economistas Gabriel Leal Barros e Johann Soares, da ARX Investimentos.

Se somados a medidas que racionalizam a gestão dos recursos, mas não implicam necessariamente economia, esses valores alcançam R\$ 39,6 bilhões (0,31% do **PIB**) no próximo ano e R\$ 160,6 bilhões (0,71%) em dez anos.

É um conjunto de mudanças que pode garantir sobrevivência ao arcabouço fiscal ao menos até 2027, quando a totalidade dos precatórios novamente passará a ser contabilizada dentro da meta de primário.

Atualmente, cerca de R\$ 50 bilhões são contabilizados fora das regras do arcabouço, volume que tende a crescer e disparar uma nova rodada de questionamentos sobre a regra fiscal brasileira, na avaliação dos economistas.

Barros e Soares concentraram a análise em cinco categorias de despesa: seguro-desemprego, abono salarial, benefícios assistenciais, em especial o Benefício de Prestação Continuada (BPC), e os mínimos constitucionais da saúde e educação e as emendas parlamentares.

Eles também analisaram os efeitos de mudanças na contabilização de despesas com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais de Educação Básica (Fundeb) e de emendas parlamentares para saúde, que abrem espaço para discricionárias. Os cálculos foram feitos supondo que todo o pacote seja apresentado e aprovado ainda neste ano, para começar a valer em 2025.

No caso do seguro-desemprego, a ideia de fundir o benefício com a multa do FGTS e restringir o benefício para quem ganha até dois salários mínimos - cerca de 75% dos beneficiários - resultaria em economia de R\$

10,4 bilhões já no primeiro ano.

Já a mudança dos critérios de elegibilidade do abono salarial, que passaria a atender somente beneficiários com renda limitada a um salário mínimo, traria uma economia relevante, estimada em R\$ 20,5 bilhões, mas apenas a partir de 2026 - pelas regras do programa, quem trabalhou com carteira assinada em 2024 já tem direito a receber em 2025.

É uma economia relevante, diz Barros, explicada pelo fato de que o universo de beneficiados cairia drasticamente: dos atuais cerca de 25 milhões de pessoas hoje para menos de 5 milhões pelas novas regras.

Os economistas também consideraram colocar o crescimento das despesas com o piso da saúde, educação, BPC e emendas parlamentares sob a regra do arcabouço fiscal, que prevê um crescimento real de até 2,5%.

Atualmente, o governo precisa separar 15% da receita corrente líquida para gastos com saúde, 18% da receita líquida com **impostos** para gastos com educação.

O BPC, por sua vez, é indexado ao salário mínimo, que voltou a ter reajuste real no governo do presidente Lula. Já as emendas parlamentares não têm nenhuma regra de controle, mas sua participação dentro das despesas discricionárias cresceu de 3,95% em 2014 para 20,03% em 2024.

A aplicação do limite do arcabouço sobre essas despesas traria uma economia imediata pequena, mas crescente ao longo do tempo. No primeiro ano, elas resultariam em economia de apenas R\$ 4,7 bilhões. Em 2034, no entanto, apenas a economia com os pisos da saúde e educação chegaria a R\$ 54,4 bilhões.

O aumento de 30% para 60% da parcela dos recursos do Fundeb que é contabilizada no piso da educação, por sua vez, liberaria R\$ 16,8 bilhões em despesas obrigatórias no Orçamento de 2025. Já a contabilização de 50% emendas de comissão para o piso da saúde abriria outros R\$ 7,7 bilhões.

Nesse caso, o efeito também é crescente ao longo do

tempo: em 2034, o espaço cresce a R\$ 32,8 bilhões e R\$ 15,5 bilhões, respectivamente.

Essas duas medidas, no entanto, não podem ser consideradas como redução de gastos, dado que o governo poderia preencher esse espaço com despesas discricionárias. "Não é uma economia real. É como tirar do bolso esquerdo e pôr no direito. É um manejo contábil para evitar o colapso das discricionárias", diz Barros, que foi diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado. Ainda assim, se somado ao esforço de redução de gastos, pode resultar em uma "economia" de R\$ 39,6 bilhões, ou 0,31% do **PIB** já em 2025, porcentual que chegaria a 0,71% em 2034.

As mudanças sobre o abono e o teto para os pisos da saúde e educação são as medidas de maior impacto individual, mas seu efeito ao longo do tempo é bastante diferente. Enquanto o primeiro resulta em uma economia já no primeiro ano e que perdura ao longo do tempo, o efeito para o segundo é pequeno no curtíssimo prazo, mas tem trajetória exponencial. Por isso, não é possível anunciar apenas as medidas ditas estruturantes, segundo Barros.

"É preciso algum ajuste imediato", defende. "Vale lembrar que o governo tem prometido economia com um pente-fino sobre programas sociais que ainda não entregou. Para conquistar a confiança do mercado, é preciso entregar algo mais concreto, que mexa com a quantidade de beneficiários." Os economistas ressaltam que calcularam a limitação do crescimento das despesas dos pisos constitucionais, das emendas parlamentares e do BPC à mesma regra que rege o teto do arcabouço, e não um limite global para despesas obrigatórias com gatilhos de contenção, proposta que também circulou nos últimos dias pela imprensa. Uma alternativa como essa precisaria de muito detalhamento por parte do governo, que precisaria explicar bem quais seriam esses gatilhos e também passar confiança sobre sua aplicabilidade.

"É difícil pensar em um gatilho que não envolvesse o corte de benefícios", diz Soares. "A questão é: como limitar a quantidade se muitas dessas despesas envolvem um direito adquirido? Pode gerar judicialização grande", continua.

"Se for por esse caminho de ter subteto com gatilhos, acredito que a proposta não ancora as expectativas do mercado", complementa Barros. "A gente conhece a história dos gatilhos no Brasil.

Não conseguimos congelar salário de **servidores públicos**. Conseguiríamos aplicar o congelamento do reajuste do salário mínimo?

Na minha opinião, isso só posterga medidas que deveríamos adotar desde já." Para o economista-chefe da ARX, no entanto, o conjunto de medidas analisado evita o descumprimento do arcabouço fiscal pelo menos até 2026, ano em que termina o acordo do Executivo com o Supremo Tribunal Federal (STF) que permitiu abrir crédito extraordinário para o pagamento de parte dos precatórios.

A partir de 2027, todos os desembolsos com essa rubrica terão que entrar no limite de gastos e considerados para a verificação da meta de primário. Barros estima que uma entrada de R\$ 60 bilhões nessa linha consumiria praticamente todo o ganho projetado.

"Acima disso, a única forma de manter o arcabouço de pé é derrubar o gasto discricionário como proporção do **PIB**. É algo que o atual governo reluta em fazer, mas que já foi feito por outras gestões", sugere. Atualmente, o gasto discricionário é cerca de 1,7% do **PIB** - patamar muito distante do observado entre 2008 e 2016, quando oscilava entre 2,0% e 2,5%, mas também acima de 2020 e 2022, quando rodou abaixo de 1,50%.

"Outra alternativa é mudar a regra do salário mínimo. Se, a partir de 2027, a correção voltar a ser apenas pela **inflação**, está feito o ajuste fiscal. É o equivalente a uma reforma da Previdência." A título de comparação - já que o tema é vetado pelo presidente Lula -, o fim do reajuste real do mínimo traria uma economia de R\$ 19 bilhões já em 2025 e de R\$ 1,2 trilhão no acumulado em dez anos, calcula.

A questão, no momento, é saber qual o apetite do Executivo em entregar esse pacote. Barros avalia que, pela relutância no Planalto em fazer o anúncio, ele pode acabar com apenas uma das duas principais medidas de maior potencial de economia, a revisão do abono ou a limitação dos pisos da saúde e educação.

"Além disso, é preciso monitorar como a discussão evolui no Congresso, onde sempre existe risco de desidratação", acrescenta, notando que já roda o noticiário movimentações de parlamentares atuando para tirar a limitação às emendas do pacote.

O projeto de lei que restringe os supersalários no setor público é um exemplo. O projeto original poderia resultar em uma economia entre R\$ 4,5 bilhões e R\$ 7,5 bilhões por ano, na avaliação dos economistas da ARX. "Só que a última versão que está no Congresso é uma contrarreforma. com 36 exceções, ele não gera economia nenhuma, pelo contrário", critica.

Limitação do acesso ao abono salarial poderia reduzir despesas em R\$ 20,5 bilhões

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188033?page=24§ion=1>

Ministro defende Justiça do Trabalho acessível e eficiente

CARLOS ANDRÉ CARVALHO

O ministro corregedor-geral da Justiça do Trabalho, Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, visitou, ontem, a Folha de Pernambuco, onde foi recebido pelo presidente do Grupo EQM e fundador do jornal, Eduardo de Queiroz Monteiro. O ministro, que veio ao Recife para a realização da correição ordinária anual do órgão, estava acompanhado da desem-bargadora coordenadora da Corre-gedoria-geral do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Margareth Rodrigues Costa, e do vice-presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 6a Região (TRT-6), desembargador Sergio Torres Teixeira.

O ministro lembrou que uma das tarefas da Corregedoria é sempre a busca da melhoria da prestação jurisdicional da sociedade. "Temos que acabar com a ideia de que o Judiciário é um fim em si mesmo. Não é. Ele tem que servir à sociedade, nós somos servidores públicos, e o papel do corregedor é justamente trabalhar para que todos esses tribunais sejam eficientes para a sociedade brasileira", afirmou.

Eduardo de Queiroz Monteiro disse que a visita do ministro e sua comitiva ilustra a Folha de Pernambuco. Segundo o empresário, uma das qualidades do correge-dor-geral, que tomou posse no cargo no mês passado, é estar preparado não só para assuntos na área da Justiça do Trabalho, mas também outros temas mais abrangentes.

"Estamos muito felizes de ver que estamos, na Justiça do Trabalho, muito bem representados. Um homem dessa estatura, com esse preparo só ilustra a Justiça do Trabalho no Brasil", complementou.

Vieira de Mello Filho e sua comitiva também foram recebidos pelo diretor Executivo da Folha de Pernambuco, Paulo Pugliesi; o diretor operacional, José Américo Góis; a diretora Administrativa, Mariana Costa; e a editora-chefe da redação, Leusa Santos; o diretor Jurídico Trabalhista do Grupo EQM, Sílvio Melo; a advogada da área trabalhista também do Grupo, Mirella Moraes, e do assessor especial da presidência, Joni Ramos.

Equilíbrio

De acordo com o ministro, a política da Corregedoria

atual é fazer um equilíbrio a partir da equalização do trabalho. "Por exemplo, há uma vara com 2,5 mil processos e outra vara com 500 processos. Se este juiz auxilia essa outra vara, ambos vão dividir esse serviço, e nós vamos equalizar. E o que é que isso gera para a sociedade? Uma iso-nomia no tempo do processo para os advogados, para as partes, para todos. Isso gera uma ação da Justiça com uma resposta mais rápida", explicou.

Outra questão delicada, ainda segundo ele, diz respeito ao pagamento dos precatórios e RPVs (Requisições de Pequeno Valor). "Hoje, é um dos segmentos da Justiça do Trabalho com maior demanda, porque grande parte dos devedores são entes públicos", disse ele.

Ainda com relação a esse quesito, Vieira de Mello Filho afirmou que é preciso equalizar com os municípios os pagamentos para que não haja nenhuma situação de descompasso e também observância absoluta e rigorosa da ordem de pagamento.

"No momento em que o Tribunal tem uma jurisprudência estável, coerente e fixa, isso gera segurança para a sociedade local. E aí, a demanda subsequente é para os tribunais superiores; e que também coloca de pé o sistema precedente para nós do TST. Senão, fica todo mundo fazendo o mesmo trabalho e o retrabalho e o retrabalho do re-trabalho, e isso não ajuda a sociedade", alertou.

Tecnologia

O acesso a lugares mais remotos do País com o uso de tecnologia é uma das pautas da Corregedoria, segundo o ministro. "Mas a ampliação do acesso à Justiça, no nosso caso a

Justiça do Trabalho, não é pegar um local que tenha a Defensoria Pública, o Ministério Público e a Justiça Comum, mas não tem a Justiça do Trabalho. Esse não é o problema porque você usa um canal comum. O acesso é chegar aonde nunca teve justiça e aonde não há ainda perspectiva de ter Justiça", explicou.

O ministro também pontuou como é feito isso. "Temos, através de uma resolução do Conselho Nacional de Justiça - daí a necessidade, a importância de um

órgão que tenha um vetor de organização e coordenação do sistema. Ele criou a possibilidade de instalarmos satélites que permitem que haja o link com os tribunais. Vamos verificar aqui, com o Tribunal da 6ª Região, se há regiões que precisam da instalação dos links. E, além disso, uma Justiça itinerante para localidades onde não há acesso em que ela possa colher essa demanda de pessoas que estão buscando a Justiça", adiantou.

Uma trajetória de serviços prestados ao Judiciário

Ministro foi empossado no cargo de corregedor geral

Uma trajetória de serviços prestados ao Judiciário

Site:

<https://edicaoimpressa.folhape.com.br/books/gkud/#p=1>

IA: a chave para reduzir a insegurança jurídica - OPINIÃO JURÍDICA

Daniilo R. Limoeiro e Daniel Marques são, respectivamente, CEO da Turivius Legal Intelligence, PhD pelo MIT e mestre por Oxford; e advogado especialista em inovação, compliance e regulação de novas tecnologias, mestre em Filosofia da Cultura e Epistemologia e diretor da Associação Brasileira de Lawtechs e LegalTechs

O Brasil possui o sistema jurídico mais complexo do mundo. São mais de 84 milhões de processos judiciais, com 30 milhões de novos processos por ano, 28 mil normas tributárias ativas e inacreditáveis 75% do PIB em disputas apenas na área tributária. Esse cenário cria um ambiente de insegurança jurídica que afeta o desenvolvimento econômico do país.

Recentemente, o Congresso aprovou uma **reforma tributária** inédita, um passo importante para simplificar o emaranhado de normas tributárias. No entanto, a regulamentação da reforma ainda é incerta, e decisões judiciais inesperadas, como a suspensão da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) pelo Supremo Tribunal Federal (STF), podem desestabilizar o planejamento tributário de empresas, exacerbando a insegurança jurídica.

A incerteza legislativa e judicial contribui para a degradação da segurança jurídica no Brasil. Em um país onde, como dizem, até o passado é incerto, a necessidade de estabilidade é urgente.

Novas tecnologias, como a inteligência artificial (IA), emergem como solução.

Algoritmos de IA e técnicas estatísticas avançadas podem analisar milhões de decisões judiciais, identificar padrões e apresentar tendências nos julgamentos, ajudando a prever resultados futuros e a diminuir a incerteza.

Atualmente, ferramentas desenvolvidas por startups brasileiras já conseguem usar IA para reduzir a insegurança jurídica. Essas ferramentas conseguem capturar e tratar um número gigantesco de decisões judiciais - na casa de dezenas de milhões - e utilizando IA, transformar dados que eram simplesmente um emaranhado de textos desestruturados em bases de dados estruturadas que, a partir de então, podem ser analisadas pela inteligência artificial, gerando informações importantes para a tomada de decisões.

A IA consegue encontrar padrões e tendências jurisprudenciais que são imperceptíveis a olho nu e que fazem toda a diferença para o custo de compliance das empresas. Por exemplo, em um caso de uso específico, uma solução indicou que um litígio pela via administrativa, no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, embora seja menos custoso e mais rápido, tem a probabilidade quatro vezes maior de ter um resultado desfavorável ao contribuinte. Segundo a IA, a estratégia de contencioso mais indicada é pela via judicial, onde ele teria probabilidade maior de ganho, embora tivesse que esperar mais.

Ao ajudar advogados e empresas a entenderem melhor o provável desfecho de seus casos, a IA jurídica permite uma visão mais clara dos riscos, incertezas e custos.

Mas ainda sobra a questão de decisões emblemáticas de Cortes superiores.

Diferentemente de várias decisões repetidas por diversos magistrados nas instâncias inferiores, o atributo especial desse tipo de decisão judicial é que ela é única, não possui uma série histórica pela qual a IA poderia identificar padrões.

Ainda nesses casos, a tecnologia continua sendo útil, especialmente se combinada com o conhecimento coletivo dos profissionais do setor jurídico brasileiro. Utilizando técnicas avançadas de análise preditiva coletiva, uma metodologia aplicada para prever situações críticas, como probabilidade de ataque terrorista ou necessidade de leitos hospitalares durante a pandemia, uma startup brasileira previu com uma acurácia superior a 80% os principais julgamentos da área tributária no STF e no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Através da agregação das previsões de centenas de advogados, a técnica minimiza vieses individuais e aumenta significativamente a precisão das previsões, dando maior previsibilidade para eventos de alto impacto.

Por exemplo, no debate sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo da CPRB, a análise preditiva indicou um resultado desfavorável ao contribuinte, confirmado

quando a decisão foi finalizada em junho de 2022.

Mas ainda mais relevante foi o julgamento da ADI 4.980, a respeito da inconstitucionalidade artigo 83 Lei nº 9430/96. Na ocasião, 65,9% dos respondentes declararam que a decisão seria favorável ao contribuinte, o percentual aumentava em 30% quando agregamos o peso proporcional dos anos de experiência dos respondentes. Em fevereiro deste ano, a Corte superior confirmou o que a junção entre tecnologia e saber comum já havia antecipado e julgou constitucional o referido artigo.

A adoção de tecnologias como a inteligência artificial é crucial para reduzir a insegurança jurídica no Brasil. Ao trazer maior previsibilidade e transparência ao sistema jurídico, essas ferramentas promovem um ambiente de negócios mais estável e favorável ao crescimento econômico.

Quando acumulado com o saber coletivo ou individual dos profissionais da área, os resultados são ainda mais impressionantes.

A inteligência artificial permeará em algum grau todas as tecnologias usadas atualmente gerando uma maior eficiência e assertividade na Justiça, permitindo a análise e extração de informações essenciais para a tomada de decisão. Diminuirá a assimetria da informação, democratizando o acesso, aumentando a transparência.

A adoção de tecnologias que potencializam a atuação do profissional do direito se torna cada vez mais indispensável na era da hiperconectividade.

Investir nessas tecnologias é essencial para transformar o caos em ordem e construir um futuro mais seguro e próspero para todos.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188033>

Governo aposta em acordos para reduzir o número de litígios

A Advocacia-Geral da União (AGU), órgão que tem a função de defender o governo em teses que têm impacto fiscal contra a União, afirmou que "tem acompanhado o aumento" da judicialização do BPC.

Duas ações foram criadas para tentar diminuir os litígios: o "DesjudicializaPrev" e o "Pacifica".

"A Advocacia-Geral da União tem acompanhado o aumento da judicialização do BPC/LOAS e sobre os gastos judiciais decorrentes dessas ações. Para enfrentar essa situação, a AGU tem trabalhado conjuntamente com o **INSS**, o Poder Judiciário e as demais pastas ministeriais para aprimorar a defesa judicial e auxiliar na correta concessão dos benefícios para que sejam beneficiados aqueles que demonstrem ter esse direito", afirmou a pasta.

O DesjudicializaPrev é fruto de uma parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que prevê a redução de litígios previdenciários e assistenciais.

O objetivo é buscar acordo para que haja desistência de recursos. Segundo a pasta, a previsão é de que 137 mil ações deixem de ser ajuizadas no próximo ano por causa do programa. "A AGU considera que parcerias como esta são fundamentais para reduzir a judicialização." Já o Pacifica (Plataforma de Autocomposição Imediata e Final de Conflitos Administrativos) é uma plataforma online, criada em julho deste ano para tentar resolver de forma mais ágil litígios entre cidadãos e a administração pública federal.

"Neste primeiro momento de implementação, o foco da plataforma são as questões previdenciárias", diz a AGU.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social, podem requerer o BPC pessoas com renda per capita familiar menor do que um quarto do salário mínimo.

Fábio Giambiagi, pesquisador da Fundação Getúlio Vargas (FGV), diz que a despesa com BPC como proporção do **PIB** era de 0,2% do **PIB**, em 2001 e chegará a 1% no ano que vem. Na sua visão, contudo, o que mais agrava o problema, neste momento, é a indexação do salário mínimo feita pelo governo Lula, ao crescimento do **PIB**. "O governo precisa se convencer de que, sem mexer na regra do salário

mínimo, a despesa com BPC continuará aumentando." O presidente Lula, porém, vem demonstrando, até o momento, resistência a essa desvinculação.

Procurado, o Ministério do Desenvolvimento Social não se manifestou sobre essa questão.

Efeito Governo prevê que 137 mil ações deixem de ser ajuizadas no próximo ano por causa de programa

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Na mira do governo, concessão do BPC tem impulso via Justiça

ALVARO GRIBEL BRASÍLIA

Enquanto a equipe econômica estuda medidas para cortar gastos e tentar recuperar a confiança nas contas públicas, uma nova fonte de preocupação cresce no Ministério da Previdência: a concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) pelas vias judiciais.

Nos últimos três anos, decisões de tribunais triplicaram os benefícios para pessoas de baixa renda com deficiência - que saltaram de 48,4 mil, em 2021, para 155,8 mil em 2024.

Com esse crescimento acelerado, a fatia que as decisões jurídicas representam no total concedido para pessoas com deficiência subiu de 21,3% para 30% (a outra forma de concessão é via perícia do **INSS**) de 2022 a 2024. O entendimento, segundo apurou a reportagem, é de que isso dificulta o planejamento orçamentário da pasta, já que as determinações da Justiça deixam técnicos do ministério sem controle sobre essas despesas.

Assim como o abono salarial e o seguro-desemprego, o BPC entrou na mira da equipe econômica, que avalia a criação de travas para desacelerar o crescimento.

Ontem, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, se reuniu com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para discutir as medidas que podem entrar no pacote de gastos (mais informações nas pág. B2 e B3).

Segundo dados do Tesouro Nacional, o BPC representou um gasto de R\$ 73 bilhões de janeiro a agosto deste ano, com R\$ 107 bilhões em despesas no acumulado em 12 meses. O benefício é dividido em duas categorias, ambas para pessoas de baixa renda: o BPC Idoso, para quem tem pelo menos 65 anos, e o BPC pessoas com deficiência (PcD), de qualquer idade, mas que sejam diagnosticadas como inaptas para trabalhar.

Segundo o especialista em contas públicas Fábio Serrano, economista do BTG Pactual, o aumento das concessões pela via jurídica ajuda a entender o crescimento acelerado do BPC para pessoas com deficiência em relação ao benefício para os idosos.

"O percentual de BPC para pessoas com deficiência em relação aos benefícios totais ficou ao redor de 54% nos últimos anos, mas começou a aumentar a partir do terceiro trimestre de 2023 e se encontra em 56% atualmente. Em agosto, o número de beneficiários do BPC PcD cresceu 15,7% em relação ao mesmo mês de 2023, enquanto os benefícios para idosos cresceram 8%", afirmou.

GATILHOS. O BPC tem um agravante para as contas públicas porque, diferentemente das aposentadorias e pensões, não é necessário ter tempo de contribuição ao **INSS** para receber o benefício, uma vez que o objetivo da Constituição de 1988 foi proteger os mais vulneráveis.

O problema é que, nos últimos anos, três fatores fizeram disparar o orçamento dessa despesa: a indexação do salário mínimo ao **PIB** pelo governo Lula em 2023; uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de 2021 que afrouxou parâmetros de renda para dar direito ao benefício; e as decisões judiciais de tribunais federais regionais, que não seguem regras de perícias internacionais para definir o que são pessoas com deficiências graves, que as tornam inaptas para trabalhar.

Em todo o País, segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), houve uma explosão de requerimentos para o recebimento de BPC a pessoas com deficiência. Em 2020, foram 101 mil pedidos. Em 2023, o número já havia subido para 562 mil. Neste ano, foram 413 mil de janeiro a agosto.

No caso do BPC para idosos, a judicialização é menor porque é preciso comprovar apenas a idade de 65 anos e a renda per capita, que tem de se enquadrar nos parâmetros do programa assistencial.

Desembolsos Benefícios saltaram de 48,4 mil, em 2021, para 155,8 mil em 2024, segundo a pasta da Previdência

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Câmara deve votar projeto de motoristas de app ainda neste ano, diz relator

Carlos Juliano Barros

Passadas as eleições municipais e encaminhada a sucessão do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), o Projeto de Lei Complementar (PLP) 12/2024, que regulamenta a atividade dos motoristas de aplicativo, pode voltar à pauta do Legislativo, com boas chances de aprovação até o final deste ano.

Essa é a expectativa do deputado federal Augusto Coutinho (Republicanos-PE), relator do projeto. "A informação que eu tenho é que o próprio presidente Lula está muito preocupado com essa matéria", afirma o deputado.

Além da pressão do governo, a vontade de deixar como "legado" a regulamentação - tema complexo, mas de amplo impacto social - pode contribuir para que Lira impulse a votação do PLP 12/2024 na Câmara, antes de deixar o controle da casa, avalia Coutinho.

Atualmente, o texto tramita na Comissão de Indústria, Comércio e Serviços. Mas o regimento da Câmara permite que, em caso de urgência, o presidente pule etapas e leve o texto diretamente ao plenário. Antes da votação, no entanto, duas questões principais precisam ser equacionadas: remuneração dos motoristas e contribuição para a Previdência.

No relatório do PLP 12/2024, Coutinho propõe um desconto máximo de 30% sobre os ganhos dos motoristas, sem a estipulação de um piso para as corridas. "Se eu coloco tarifa mínima de R\$ 10, como [algumas lideranças de motoristas] querem, eu acabo com os aplicativos nas cidades pequenas", justifica o deputado.

Um projeto de lei de autoria de Daniel Agrobom (PL-GO), líder de uma frente parlamentar sobre o tema, propõe a criação de um "mark up" - uma planilha para levantar custos de operação e sugerir valores por quilômetro rodado. Porém, Coutinho considera a ideia de difícil execução, devido às diferenças regionais.

Por isso, defende ser mais simples a vinculação do repasse ao motorista a uma porcentagem máxima cobrada pelas plataformas, que ficariam responsáveis pela definição dos preços das corridas.

"O algoritmo sempre vai cobrar o máximo que o cliente pagará", afirma. Dessa maneira, patamares mínimos de remuneração seriam garantidos, levando em conta as especificidades dos locais de atuação dos aplicativos, diz o relator.

Já no caso do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social), o governo passou a cogitar a criação de uma categoria especial de MEI (Microempreendedor Individual) para os motoristas.

Inicialmente, o governo resistia à ideia por causa do alto impacto do regime para o caixa da Previdência. Em geral, um MEI paga apenas 5% sobre o salário mínimo, muito abaixo do desembolsado por um empregado CLT (que pode recolher até 14%). Além disso, mantidas as regras atuais, os aplicativos não contribuiriam para o **INSS**.

No entanto, em entrevista recente a um canal do governo no Youtube, o Ministro do Empreendedorismo, Márcio França, afirmou que o governo está "chegando a um certo consenso" sobre a criação de uma categoria especial de MEI para os motoristas de aplicativo, assim como acontece para os caminhoneiros - atualmente, eles pagam 12% sobre o salário mínimo (R\$ 169,44) em contribuição previdenciária.

Ainda não está claro como funcionaria a nova modalidade de MEI para os motoristas de app. A coluna apurou que uma audiência sobre o assunto está agendada para esta semana com França. O Ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, também deve participar do encontro.

Adaptando a proposta encaminhada pelo governo ao Congresso, o relatório de Coutinho prevê o pagamento de 7,5% para os motoristas e de 22% para as plataformas sobre um quarto da remuneração repassada pelas empresas aos condutores.

No caso de um trabalhador com faturamento líquido de R\$ 4 mil em um mês, a base de cálculo seria de R\$ 1 mil. Nesse exemplo, o motorista pagaria R\$ 75 e a plataforma, R\$ 220.

"No formato que eu fiz no relatório, é muito melhor para os motoristas. Mas eles querem ser MEI e o

governo parece que aceita criar um MEI específico. Aí a gente chama o ministro Marinho, faz um acordo e incorpora isso [ao texto do projeto de lei]", finaliza Coutinho.

Procurada, a assessoria de imprensa do Ministério do Trabalho e Emprego respondeu que a pasta "não se manifestará neste momento".

Site: <https://economia.uol.com.br/colunas/carlos-juliano-barros/2024/11/05/camara-deve-votar-projeto-de-motoristas-de-app-ainda-neste-ano-diz-relator.htm>

Setor de óleos tenta manter isenção de tributos

Representantes da cadeia produtiva de óleos vegetais tentam convencer o Senado a reverter uma mudança no escopo da **Reforma Tributária**, que aumenta a carga tributária sobre parte dos óleos comestíveis.

O Projeto de Lei Complementar 68/2024, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), definia alíquota zero para produtos da cesta básica, incluindo "óleos vegetais comestíveis".

O texto foi alterado na Câmara dos Deputados para óleo de "soja, babaçu e milho".

Com a mudança, outros óleos vegetais, como de algodão, girassol, canola, palma deixam de ter os benefícios concedidos a produtos da cesta básica. Produtores de óleos vegetais tentam convencer senadores a incluir uma emenda no PLP 68/2024, voltando com a expressão "óleos vegetais comestíveis". Eles argumentam que a nova regra cria uma distorção no mercado ao oferecer incentivos fiscais apenas a alguns tipos de óleos.

O PLP 68/2024 já foi aprovado na Câmara dos Deputados e depende de aprovação pelo Senado.

Semana passada, o projeto passou pela comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, que já começou a incluir propostas de emendas antes de o projeto ir a votação.

As emendas pedindo a volta do termo original foram apresentadas pelos senadores Luis Carlos Heinze (PP-RS), Mecias de Jesus (Republicanos-RR) e Zequinha Marinho (Podemos-PA).

"O PLP 68/2024 deixou de fora outros óleos vegetais que são tão importantes quanto o óleo de soja e que vão ficar muito mais caros com a mudança", diz Hilton Lima, presidente do Sindicato da Indústria da Extração de Óleos Vegetais do Estado da Bahia (Sincaol).

Lima avalia que o governo federal teme que, com a inclusão de mais produtos isentos, a alíquota final tenha que ficar acima de 26,5%, mas ele diz que não haverá esse reflexo. "A inclusão desses óleos não altera a alíquota final porque é um mercado inelástico. A pessoa compra ou o óleo de soja, ou de girassol, ou de algodão, não amplia o consumo, então a isenção

não vai trazer impacto na arrecadação tributária", afirma.

O Ministério da Fazenda tem alegado que só o óleo de soja atende a dois critérios para ter direito à alíquota zero: está no guia do Ministério da Saúde para alimentação saudável e é consumido sobretudo pelos mais pobres.

"No momento em que se consegue fazer uma **reforma tributária**, e deveríamos lutar por uma legislação simplificada, começam a colocar jabuticabas na lei", critica Ricardo Kawabe, economista da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb). Ele diz que a tributação não deveria influenciar a escolha dos consumidores.

De acordo com levantamento da Fieb, o óleo de soja é vendido pela metade do preço de outros óleos vegetais. Na Bahia, o litro do óleo de soja é vendido a R\$ 6,89, contra R\$ 21,30 do girassol, R\$ 19,80 da canola, R\$ 19,90 do milho, R\$ 16,60 do algodão e R\$ 41 do óleo de palma (dendê). "Não há razão técnica para dar tratamento diferente para cada óleo".

Décio Barreiro Junior, dono da Icofort Agroindústria, afirma que a mudança surpreendeu as indústrias de processamento de algodão.

"Várias empresas produzem óleo de algodão para cesta básica, e ficamos muito surpreendidos com a mudança", diz.

Ele critica a inclusão apenas do óleo de milho, que custa mais que o dobro que o de soja para o consumidor, e do óleo de babaçu, que não é vendido no varejo para consumo alimentício.

"Nossa expectativa é que a justiça seja feita, que o Congresso tenha bom senso de não impor à população somente um óleo mais caro e outro que não existe em supermercado como opção ao óleo de soja", afirma. A Icofort é um dos maiores fornecedores de óleo de algodão para o mercado doméstico, ao lado de Cargill e Bunge.

Dalton Cordeiro Miranda, diretor de negócios jurídicos da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), diz que a mudança feita na Câmara causou estranhamento mesmo entre as indústrias que

produzem óleo de soja. "O decreto no 11.936 [que dispõe sobre os itens da cesta básica nacional] já incluía todos os óleos vegetais comestíveis.

Era de se esperar, com base no entendimento do governo, que todos estivessem inclusos na **reforma tributária**", afirma.

A Abiove tem trabalhado com a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) para tentar reverter a mudança no Senado.

26,5% é a alíquota final prevista para o IBS na reforma

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188033>

Reforma tributária: CCiF propõe redução de infrações previstas no PLP 108 de 37 para 5 (Reforma tributária)

Eduardo Cucolo

O CCiF (Centro de Cidadania Fiscal) divulgou nota técnica na qual propõe reduzir o número de condutas ilícitas previstas no segundo projeto de regulamentação da reforma tributária (PLP 108) de 37 para 5 categorias.

Para a instituição, a criação de tantas hipóteses, previstas no artigo 59 da versão inicial do projeto, "é incompatível com o novo desenho constitucional da EC 132/2023 e com o novo direito material proposto no PLP 68 [primeiro projeto de regulamentação]".

A proposta é vincular as condutas consideradas ilícitas às obrigações tributárias efetivamente previstas no ordenamento, pois boa parte das infrações relacionadas no PLP 108 não correspondem às obrigações e deveres previstos no PLP 68.

A newsletter sobre o mundo jurídico exclusiva para assinantes da Folha

Carregando...

Além disso, há um extenso número de condutas que, na verdade, buscam coibir a mesma prática, segundo a entidade.

A proposta também visa simplificar o sistema de penalidade do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), "para que este seja mais claro e compreensível ao contribuinte", além de estar alinhado ao que se aplica à CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços).

As 5 categorias que podem reunir as 37 condutas previstas no PLP 108 são:

Para a instituição é necessária uma "ruptura do paradigma do crime rumo ao paradigma da Conformidade", seguindo as melhores experiências internacionais. Para isso, seria essencial retirar da norma critérios subjetivos, como o dolo e a intenção, e adotar aqueles que podem ser diretamente comprovados, como reincidência, utilização de documentos falsos e artificialidade de operações.

A nota técnica não trata de tipos e valores das multas, mas o diretor do CCiF Eurico de Santi afirma que a restrição do número de condutas limita os tipos de penalidades, o que também contribui para a redução do contencioso e da insegurança jurídica.

"Estou preocupado com segurança jurídica. Quero saber o que é infração e o que não é. Toda a parte das obrigações principais e acessórias foi reduzida, mas não adianta ficar aplicando o velho sistema de multas, que é incompatível com esse modelo", afirma Santi.

Nelson Machado, diretor do Centro de Cidadania Fiscal, diz que um dos pontos centrais do novo sistema tributário é a cooperação, inclusive entre os contribuintes e o Fisco. Como membro do chamado "clube do IVA" (Imposto sobre Valor Agregado), afirma, a empresa não tem por que sonegar. Portanto, o sistema de multa também precisa mudar a sua abordagem, para algo mais compreensível, simples e transparente.

O CCiF também sugere "retirar do ordenamento penalidades que tenham clara finalidade arrecadatória, criminalizando condutas que não são lesivas ao fisco e ao modelo de tributação do IBS e da CBS".

A instituição avalia ainda que é necessário unificar a fiscalização, lançamento e contencioso administrativo, bem como os programas de conformidade dos dois **tributos**.

Notícias Relacionadas:

PORTAL UOL

Reforma tributária: CCiF propõe redução de infrações previstas no PLP 108 de 37 para 5 (Reforma tributária)

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-esse/2024/11/reforma-tributaria-ccif-propoe-reducao-de-infracoes-previstas-no-plp-108-de-37-para-5.shtml>

País tem gasto de R\$ 18,8 bilhões com doenças e perda de produtividade por conta do consumo de álcool

Pesquisas recentes mostraram que o consumo de álcool, em qualquer quantidade, está diretamente associado a pelo menos 24 doenças, como câncer, problemas cardiovasculares, no sistema digestivo, além de mortes prematuras por acidentes e violência. Um levantamento inédito feito por pesquisadores da Fiocruz, que está sendo divulgado nesta terça-feira, dia 5, trouxe uma nova abordagem econômica sobre o tema e revelou que as doenças, perda de produtividade no trabalho e absenteísmo, além de internações e custos ambulatoriais, atribuídos ao consumo de álcool, custaram ao Brasil R\$ 18,8 bilhões em 2019, entre gastos diretos e indiretos.

Segundo o levantamento, no Brasil, foram 12 óbitos por hora em mortes atribuíveis ao álcool, com base em dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), totalizando 104,8 mil mortes no país naquele ano. Os homens foram as principais vítimas e representaram 86% total das mortes. Quase a metade dos óbitos teve como causa doenças cardiovasculares, acidentes e violência. Já as mulheres responderam por 14% das mortes também por problemas cardiovasculares, e por diversos tipos de câncer (mama, esôfago, fígado, reto), entre outros.

- O que preocupa é que o levantamento mostrou que vem crescendo o consumo de álcool entre as mulheres e jovens. E o impacto econômico revelado para o Estado, apesar de alto, é na verdade conservador. Não estão incluídos os gastos da rede privada de hospitais, nem os custos que estados e municípios têm com o problema - diz Eduardo Nilson, pesquisador da Fiocruz, responsável pelo levantamento.

O estudo é baseado em dados oficiais de fontes públicas, como os dados relativos ao SUS e pesquisas populacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e considera apenas os gastos da União.

O pesquisador lembra que há também fatores que não se pode mensurar, como problemas de saúde mental das pessoas, que têm impacto econômico no trabalho e na sociedade, provocando mais gastos. Portanto, a conclusão é que embora os R\$ 18,8 bilhões seja uma

cifra expressiva, o custo real do consumo de álcool para a sociedade brasileira é provavelmente muito maior.

- Nos demais países, o custo dos problemas trazidos pelo consumo de álcool representa 1% do Produto Interno Bruto (PIB), enquanto no Brasil o número ficou em 0,25% do PIB de 2019, segundo o levantamento, o que mostra que é uma cifra conservadora - diz Pedro de Paula, diretor-executivo da Vital Strategies, organização global de saúde, que trabalha com governos e a sociedade civil, no enfrentamento de problemas de saúde pública e que encomendou o estudo.

A Vital Strategies recomenda, no caso brasileiro, a adoção de medidas como o imposto seletivo sobre bebidas alcoólicas que será implementado com a **reforma tributária**. O texto da reforma prevê que produtos prejudiciais à saúde, como cigarros e bebidas alcoólicas, além de produtos maléficos ao meio ambiente, como carros, sejam sobretaxados. Essa também é uma das ações recomendadas pela Organização Mundial da Saúde para tentar reduzir o consumo de álcool e seu impacto econômico negativo.

Só de custos diretos com hospitalizações e procedimentos ambulatoriais no Sistema Único de Saúde (SUS) foram gastos R\$ 1,1 bilhão pelos cofres públicos, de acordo com o levantamento. Os gastos indiretos calculados com perda de produtividade pela mortalidade prematura, licenças, aposentadorias precoces, perda de dias de trabalho, por internação e licença média, chegaram a R\$ 17,7 bilhões. Os recursos de Previdência, por exemplo, utilizados naquele ano somaram R\$ 47,2 milhões, sendo R\$ 37 milhões com homens (78%) e R\$ 10,2 milhões com mulheres (22%).

As mulheres responderam por 20% do total de gastos do SUS com a hospitalização. Isso porque elas consomem menos álcool que os homens, de acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS 2019). Outra razão, segundo o pesquisador, é que elas procuram mais os serviços de saúde e realizam o autocuidado, como exames de rotina, sendo tratadas antes que as complicações de saúde se agravem.

Nos gastos ambulatoriais, os homens responderam por 51,6% (R\$ 115,6 milhões) enquanto as mulheres chegaram a 48,4% do total (R\$ 108,3 milhões), o que comprova a tese de que elas procuram mais o atendimento médico, mesmo consumindo menos álcool, diz o pesquisador. A busca por atendimento ambulatorial ocorre mais por pessoas entre 40 e 60 anos.

O que trouxe preocupação aos pesquisadores é que dados do Vigitel, sistema de monitoramento de fatores de risco do Ministério da Saúde, mostram que está aumentando o consumo de álcool entre as mulheres. Entre 2006 e 2023, a ocorrência de consumo abusivo (quatro ou mais drinques em uma mesma ocasião) quase dobrou no sexo feminino.

A tendência de aumento de consumo entre elas também é comprovada pela PeNSE (Pesquisa Nacional de Saúde Escolar) de 2019, que mostra que enquanto 60% dos adolescentes do sexo masculino já tinham experimentado álcool antes dos 17 anos, 67% das meninas já tinham tido o comportamento no mesmo período.

- Essa mudança comportamental traz um sinal de alerta nos impactos para saúde dos brasileiros e em custos aos cofres públicos. É preciso frear esse crescimento estimulado por mudanças culturais e pelo próprio esforço da indústria de bebidas em deixar seus produtos com um apelo mais unisex - afirma Pedro de Paula, lembrando que uma campanha publicitária alertando sobre os riscos do consumo de álcool e seus impactos ao Estado começa ser veiculada nesta terça.

A pesquisa dá subsídios à segunda fase da campanha Quer uma dose de realidade? , que a Vital Strategies e a ACT Promoção da Saúde vão iniciar, e que tem como objetivo sensibilizar a sociedade sobre os malefícios do álcool, mas também os políticos para que o imposto seletivo sobre bebidas alcoólicas seja regulamentado na **reforma tributária**. Se o país cumprir o compromisso de reduzir em 20% o consumo de álcool até 2030, pelo menos 15 mil mortes poderão ser evitadas por ano no Brasil, lembra Pedro de Paula.

Site:

<https://oglobo.globo.com/saude/noticia/2024/11/05/pais-tem-gasto-de-r-188-bilhoes-com-doencas-e-perda-de-productividade-por-conta-do-consumo-de-alcool.ghtml>

Consumo de álcool custa R\$ 19 bi por ano aos cofres públicos, diz Fiocruz

Alexandre Novais Garcia

O consumo de bebidas alcoólicas é responsável por um custo adicional de ao menos R\$ 18,8 bilhões aos cofres públicos brasileiros, segundo estudo divulgado nesta terça-feira (5) pela Fiocruz.

A estimativa, feita a pedido das organizações Vital Strategies e ACT Promoção da Saúde, levou em conta dados de 2019. Naquele ano, esse montante equivalia a 0,25% do **PIB** de R\$ 7,389 trilhões.

A pesquisa mostra o impacto financeiro do consumo de álcool no Brasil. Do total de R\$ 18,8 bilhões estimado para 2019, R\$ 1,1 bilhão são referentes a gastos com hospitalizações e procedimentos ambulatoriais pagos pelo SUS (Sistema Único de Saúde). Os valores poderiam ser impulsionados com a avaliação de dados da rede privada de saúde.

A maior parte dos gastos está associada a fatores indiretos. O custo de R\$ 17,7 bilhões resulta da perda de produtividade, ocasionada pela ausência no trabalho (R\$ 644,2 milhões) e mortes prematuras (R\$ 16,2 milhões), e gastos previdenciários com licenças médicas e aposentadorias precoces (R\$ 47,2 milhões).

Projeções consideram a morte de 104,8 mil pessoas no Brasil. Doenças cardiovasculares, acidentes e violências representam 86% dos óbitos entre os homens. Já no caso das mulheres, mais de 60% dos registros estão relacionados a doenças cardiovasculares e vários tipos de câncer.

Estimativas são "conservadoras", dizem pesquisadores. Eduardo Nilson, pesquisador da Fiocruz responsável pelo estudo, não descarta a possibilidade de existirem gastos relacionados ao consumo de álcool que ficaram de fora do modelo proposto. Pedro de Paula, diretor da Vital Strategies no Brasil, reforça que a pesquisa aborda somente os valores estimáveis do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), do SUS e de procedimentos ambulatoriais.

Pedro de Paula, diretor da Vital Strategies no Brasil

Criação do Imposto Seletivo para bebidas alcoólicas é elogiada. Pedro de Paula classifica a tributação como o primeiro passo para inibir o consumo. Ele vê a

cobrança exclusiva sobre bens e serviços prejudiciais à saúde, apresentada pela atual proposta de **reforma tributária**, como positiva, pois abre espaço para debater o assunto.

Alíquota nacional abre espaço para reduzir o consumo e mortes. "Quando você consegue reduzir em 20% o consumo sem gerar perda de receita, significa reduzir de 15 mil a 20 mil mortes por ano no Brasil", avalia o diretor da Vital Strategies ao prever sucesso com o encarecimento dos produtos com o Imposto Seletivo, que prevê cobrança adicional ao consumidor final das bebidas.

Eduardo Nilson, pesquisador da Fiocruz

"Imposto do Pecado" vai atingir também outras categorias. Além das bebidas alcoólicas, serão tributados com o chamado Imposto Seletivo veículos, as embarcações e aeronaves, produtos ligados ao fumo, bebidas açucaradas, bens minerais extraídos, apostas e loterias e fantasy games. As alíquotas extras, no entanto, ainda não foram determinadas.

Cenário é comparado com o combate ao tabagismo. Segundo Pedro de Paula, a adoção de estratégias para inibir o consumo de bebidas alcoólicas também traria resultados positivos, assim como aconteceu com o cigarro. "Embora o tabaco seja ainda mais letal, álcool está na mesma ordem de grandeza", destaca.

Estratégias publicitárias buscam jovens e mulheres. Pedro de Paula observa que as fabricantes de bebidas alcoólicas têm ciência de que seus produtos são consumidos, majoritariamente, pelo público masculino. "O mercado tem identificado isso e colocado as mulheres e os jovens como um público a ser conquistado", afirma.

Medidas defendidas vão além do corte de publicidades. Os pesquisadores destacam a necessidade de iniciativas para limitar a associação de marcas de bebidas a grandes eventos, a limitação de espaços para consumo e a fiscalização de venda, inclusive para impedir o acesso de menores de idade aos produtos.

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2024/11/05/consumo-de-alcool-custa-quase-r-19-bilhoes-por-ano>

[aos-cofres-publicos.htm](#)

Pacote de revisão de gastos deve sair nesta semana

Brasília - O pacote de revisão de gastos públicos obrigatórios deve ser anunciado nos próximos dias, disse ontem o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em entrevista coletiva. Segundo ele, o governo está pronto para apresentar as medidas, faltando apenas alguns detalhes técnicos e jurídicos antes do envio ao Congresso.

Ele disse que há "várias definições" sobre as medidas de gastos e que o presidente passou o fim de semana trabalhando o assunto em contato com técnicos, mas não apresentou detalhes do pacote. "Por deferência ao presidente, ele que vai organizar a comunicação, a reunião da tarde tem essa finalidade, vamos aguardar algumas horas, ele que vai definir quem comunica, como comunica. Peço algumas horas para termos um encaminhamento da parte dele", afirmou Haddad.

A pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Haddad cancelou a viagem à Europa prevista para esta semana. Oficialmente, a pasta informou que o ministro permanecerá em Brasília, "dedicado a temas domésticos". Nesta segunda-feira, Haddad confirmou que a viagem foi adiada por causa do anúncio das medidas.

"Minha ida [à Europa] estava dependendo dessa definição - se, nesta semana ou na semana que vem, seriam feitos os anúncios. Como o presidente [Lula] pediu para eu ficar, e como as coisas estão muito adiantadas do ponto de vista técnico, eu acredito que nós estejamos prontos nesta semana para anunciar [as medidas de corte de gastos]" disse Haddad a jornalistas após voltar do Palácio do Planalto.

Haddad se reuniu pela manhã com Lula e com os ministros Rui Costa (Casa Civil), Mauro Vieira (Relações Exteriores) e Márcio Macêdo (Secretaria-Geral) para fazer o balanço das ações do G20, grupo das 19 maiores economias do planeta, mais União Europeia e União Africana, presidido pelo Brasil neste ano.

"O presidente Lula não quis desmarcar as reuniões que já estavam agendadas em função da reunião de cúpula, com o Itamaraty e com a Fazenda. Fizemos essa reunião. Ele agora tem uns telefonemas internacionais que também já estavam agendados. E aí, com mais calma, a gente conversa para finalizar [as medidas da revisão de gastos]", afirmou Haddad.

À tarde, ele voltou ao Palácio do Planalto para conversar com Lula novamente sobre as medidas, em nova reunião com contou também com a presença das ministras do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, e da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, e de Rui Costa.

Haddad também informou que, durante o fim de semana, Lula pediu que técnicos da equipe econômica apresentassem a ele os detalhes das medidas de corte de gastos obrigatórios. Segundo o ministro, os pontos que cabem ao Ministério da Fazenda estão com as definições bastante adiantadas.

dólar cai

O dólar teve forte queda ontem, com investidores repercutindo a previsão de que o pacote de corte de gastos do Ministério da Fazenda será anunciado ainda nesta semana. O mercado ainda segue de olho na eleição presidencial norte-americana, bem como nas decisões de juros dos bancos centrais do Brasil e dos Estados Unidos. Às 11h53, a moeda norte-americana perdia 1,56%, cotada a R\$ 5,778. Já a Bolsa disparava 1,48%, aos 130.045 pontos.

Em reação à viagem de Haddad e a pressões externas, o dólar disparou 1,52% na sexta-feira (1º/11), cotado a R\$ 5,869, o maior patamar para a moeda norte-americana desde o início da pandemia de COVID, quando, em 15 de maio de 2020, esteve cotada a R\$ 5,841. Para os investidores, o governo precisa ajustar a ponta das despesas, e não só reforçar a arrecadação, para garantir a longevidade do arcabouço fiscal.

A previsão de encaminhar ao Congresso Nacional ainda em 2024 um pacote de revisão de gastos estruturais foi anunciada pela ministra Simone Tebet em 15 de outubro. Na ocasião, ela afirmou que as medidas seriam enviadas após as eleições municipais, que terminaram em 27 de outubro.

A permanência de Haddad em solo brasileiro "demonstra que o fiscal é uma preocupação que o governo começa a ter com maior foco", diz Alex Agostini, economista-chefe da agência classificadora de risco Austin Ratin. O especialista, no entanto, pondera que só o aceno à responsabilidade fiscal não

será o suficiente para garantir uma queda sustentável do dólar ao longo dos próximos dias.

Além de o mercado exigir medidas concretas, a desvalorização do real está atrelada, em grande parte, a incertezas das eleições presidenciais nos Estados Unidos, algo fora da alçada do governo brasileiro.

Pesquisas de intenção de voto indicam que o candidato republicano Donald Trump e a atual vice-presidente democrata Kamala Harris estão em empate técnico. No mercado de apostas, porém, as chances de um retorno do ex-presidente à Casa Branca são maioria, levando o mercado a precificar o impacto das propostas de Trump na economia.

O republicano promete aumento tarifário sobre as importações, especialmente as chinesas, e um possível corte de **impostos**, medidas que são vistas como inflacionárias e que podem influenciar o Fed (Federal Reserve, o banco central norte americano) a manter juros elevados por mais tempo, o que fortalece o dólar.

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

Eleição nos EUA será chave para indicar direção do dólar

Cristiana Euclides De São Paulo

A trajetória de alta do dólar no exterior pode ter um impulso considerável com uma vitória de Donald Trump nas eleições presidenciais americanas, diante da perspectiva de menos regulações e de menos **impostos**, dizem analistas.

Uma vitória de Kamala Harris, por sua vez, pode resultar na queda do dólar no curto prazo, mas os efeitos seriam menores que os vistos em uma eventual vitória do republicano.

Caso ocorra um "red sweep", com uma vitória de Trump na disputa pela Casa Branca e maioria republicana tanto na Câmara quanto no Senado, o efeito da alta do dólar pode ser amplificado, ainda que seja difícil dizer o quanto, na avaliação do estrategista-chefe de câmbio do Jefferies, Brad Bechtel, ao Valor.

"O mercado de câmbio está se protegendo, mas não necessariamente se posicionando para uma vitória de Trump", diz Bechtel. Para ele, os impactos de alta no dólar com uma vitória de Trump seriam muito mais acentuados do que os potenciais efeitos negativos na moeda americana com a eleição de Kamala. Na semana passada, o índice DXY, que mede o desempenho do dólar contra uma cesta de outras seis moedas fortes, chegou a ultrapassar o nível dos 104 pontos e, ontem, terminou o dia em 103,90 pontos.

Bechtel vê o índice DXY chegando a 110 pontos no próximo ano com Trump na Casa Branca, ao mesmo tempo em que projeta o indicador a 98 pontos em um cenário com vitória de Kamala. O estrategista lembra que o DXY ficou entre 100 e 105 pontos nos últimos dois anos e que a oscilação do indicador costuma ser gradual, ao se levar em consideração que se trata do comportamento de moedas de baixa volatilidade, como o euro, o iene e a libra.

"Os mercados de câmbio são monogâmicos, focando em um tema de cada vez", dizem os estrategistas de câmbio da TD Securities, Jayati Bharadwaj e Mark McCormick, em relatório. Assim, outras questões, como os estímulos econômicos da China e a decisão de juros do Federal Reserve (Fed), ficarão em segundo plano até que as eleições estejam concluídas.

Bharadwaj e McCormick apontam que uma vitória republicana no Congresso e na Casa Branca acenderia memórias do "excepcionalismo" dos Estados Unidos, uma ideia de que o país tem características únicas, ancorado por tarifas, cortes de **impostos**, desregulamentação e impactos negativos nas perspectivas para a economia da zona do euro e da China.

Já o estrategista de câmbio Michael Cahill, do Goldman Sachs, afirma que as tarifas têm uma influência direta nas taxas de câmbio, então esse deve ser o foco desse mercado em diferentes cenários eleitorais. "Esperamos que a resposta mais forte do dólar venha de uma vitória republicana "completa", o que abriria as portas para maiores aumentos de tarifas em combinação com cortes de **impostos** domésticos. Esperamos uma recuperação menor e mais estreita do dólar em resposta a um governo republicano dividido." Por outro lado, uma vitória "completa" democrata ("blue sweep") ou um governo democrata dividido provavelmente resultaria em alguma queda inicial do dólar, à medida que os mercados reprecificam a perspectiva de mudanças mais drásticas nas tarifas, diz.

Para Bharadwaj e McCormick, da TD Securities, mesmo que a perspectiva a curto prazo para o dólar seja mais forte com Trump, uma vitória de Kamala não necessariamente resultaria em uma queda acentuada. "Os dados atualmente favorecem o dólar, independentemente de quem vencer."

"O mercado de câmbio está se protegendo, mas não necessariamente se posicionando para vitória de Trump" Brad Bechtel

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188033>

Eleições americanas causam tensão no Brasil

» **VICTOR CORREIA**

As eleições presidenciais de hoje nos Estados Unidos põem em dúvida a relação entre os governos brasileiro e americano nos próximos anos. O ex-presidente republicano Donald Trump concorre com a atual vice-presidente democrata Kamala Harris. As pesquisas mais recentes mostram os dois empatados, portanto, não há um vencedor claro para a disputa.

O cenário causa apreensão no entorno do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Uma eventual vitória de Trump representaria o retorno de políticas protecionistas, como as adotadas em seu primeiro mandato; aumento da incerteza no cenário econômico internacional; e, internamente, o fortalecimento do bolsonarismo.

Lula é crítico de Trump, a quem chamou de "mentiroso" durante a campanha eleitoral. O petista declarou sua preferência, primeiro, pelo presidente Joe Biden, que desistiu da reeleição, e, depois, pela atual candidata democrata.

"Acho que Kamala ganhando as eleições é muito mais seguro para a gente fortalecer a democracia. É muito mais seguro", frisou o presidente, na sexta-feira passada, em entrevista ao canal francês TF1. "Nós vimos o que foi o presidente Trump no final de seu mandato fazendo aquele ataque ao Capitólio, uma coisa que era impensável acontecer nos Estados Unidos. Porque os Estados Unidos se apresentavam ao mundo como um modelo de democracia, e esse modelo ruiu. Agora, temos o ódio destilado todo santo dia", acrescentou.

A expectativa no governo é de que Lula reconheça publicamente o resultado das eleições americanas e cumprimente o vencedor, seja Trump, seja Kamala.

No caso de Trump, porém, pode decidir se ater a uma nota protocolar, em vez de um telefonema.

Ele não deve repetir a atitude do ex-presidente Jair Bolsonaro, que demorou 38 dias para cumprimentar Joe Biden pela vitória em 2020. Bolsonaro passou um ano e meio tentando organizar um encontro com o presidente americano e conseguiu apenas em junho de 2022.

A maior preocupação do Planalto com uma vitória de Trump é o provável fortalecimento da extrema-direita brasileira, dada a proximidade entre os bolsonaristas e

os aliados de Trump. O deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP), por exemplo, está nos Estados Unidos para acompanhar a votação. Uma vitória do republicano em um cenário polarizado, semelhante ao visto no Brasil, pode abrir caminho para que Bolsonaro consiga ao menos eleger seu sucessor.

No melhor dos casos, pode aumentar a pressão por uma anistia a si mesmo e aos presos pelos ataques golpistas de 8 de janeiro.

Caso Trump vença, outro embate do governo brasileiro que pode se agravar é com o bilionário Elon Musk, dono de empresas como X, Tesla, SpaceX e Starlink.

O empresário é um dos aliados mais próximos do republicano, que considera colocá-lo em um cargo num novo eventual governo.

Em uma entrevista, Trump mencionou Musk como um futuro "ministro do corte de gastos".

O bilionário também liderou uma série de críticas ao Supremo Tribunal Federal (STF) e, especificamente, ao ministro Alexandre de Moraes, após se recusar a cumprir ordens da Corte para suspender contas de bolsonaristas no X por disseminação de informações falsas e conteúdos antidemocráticos.

Análise O professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB) Roberto Goulart Menezes avalia que uma possível vitória de Trump preocupa o governo por dois motivos: a volta das políticas protecionistas que adotou em seu primeiro mandato, prejudicando o comércio com o Brasil; e o fortalecimento da extrema-direita no país e na América Latina. "Já com Kamala, o Brasil vê o desafio, sobretudo, de manter o diálogo de alto nível e, quem sabe, os Estados Unidos refaçam o mecanismo de interlocução. A Cúpula das Américas, depois de 30 anos, está muito desgastada e debilitada", disse Menezes.

O especialista também apontou que Lula deixou a prudência de lado ao declarar apoio a Kamala Harris na semana passada, mas acredita que a decisão foi tomada pelo fato de Trump ser da extrema-direita, e não de uma direita convencional como foi, por exemplo, com a reeleição de George W. Bush em 2004.

"Ele não só declarou sua preferência pela candidata

democrata como fez considerações sobre seu oponente, falando da ameaça à democracia dos EUA e da América Latina que representa o Trump, e mencionou o nazismo e o fascismo", comentou o professor. "O presidente Lula decidiu, dada a declaração dele, não adotar essa prudência porque está bem claro que são dois projetos políticos muito diferentes", acrescentou.

Já o coordenador de Análise Política da consultoria BMJ, Lucas Fernandes, afirmou que o Brasil vai manter uma relação pragmática e sua posição de país aliado dos Estados Unidos independentemente de quem for o próximo presidente. O grande desafio será a política econômica, em certo grau isolacionista, que Trump anuncia em sua campanha.

O republicano prometeu taxar fortemente os bens importados e deportar milhões de trabalhadores imigrantes, um pacote de medidas que pode levar a maior **inflação**, juros mais elevados e um dólar mais valorizado em relação ao real. Esse cenário pode prejudicar a balança comercial brasileira.

Ele também avaliou que uma vitória do republicano pode ter efeitos na política interna brasileira.

"Para Lula, seria pior do ponto de vista doméstico, visando à disputa de 2026. Os dois (Trump e Bolsonaro) respondem pelo mesmo crime. Caso veja o processo com Bolsonaro avançando, você teria uma figura muito importante na Presidência dos Estados Unidos muito provavelmente fazendo declarações pró-Bolsonaro", destacou o analista. "Sem sombra de dúvida, isso fortalece discursos um pouco mais extremistas, antidemocráticos. Seja o Bolsonaro candidato, seja um aliado próximo. Isso poderia fazer um coro muito maior."

"Você teria uma figura muito importante na Presidência dos Estados Unidos muito provavelmente fazendo declarações pró-Bolsonaro. Isso fortalece discursos um pouco mais extremistas, antidemocráticos. Seja o Bolsonaro candidato, seja um aliado próximo" Lucas Fernandes, coordenador de Análise Política da consultoria BMJ

Cenário indefinido A eleição nos Estados Unidos vai escolher quem será o 47º comandante do país. O cenário está indefinido, com as principais pesquisas de intenção de voto divergindo sobre qual candidato está na liderança.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6621/05-11-2024.html?all=1>

Focus prevê inflação de 4,59%, mais longe da meta

CÍCERO COTRIM/ BRASÍLIA

O mercado financeiro voltou a subir a projeção para a **inflação** deste ano, afastando-se ainda mais do teto da meta perseguida pelo Banco Central. No relatório Focus divulgado ontem, a estimativa para o IPCA passou de 4,55% para 4,59%. Foi a quinta alta seguida. Há um mês estava em 4,38%.

Se essa projeção se confirmar, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, vai terminar a sua gestão escrevendo a terceira carta aberta para explicar o descumprimento da meta - que é de 3%.

No início do ano que vem, Campos Neto será substituído na presidência da instituição pelo diretor de Política Monetária, Gabriel Galípolo, indicado ao cargo pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A mediana para a taxa Selic no fim de 2024, por sua vez, se manteve em 11,75% pela quinta semana consecutiva, consolidando a avaliação do mercado de que o Comitê de Política Monetária (Copom) aumentará os juros em 0,5 ponto percentual nas suas duas próximas reuniões, amanhã e no dia 11 de dezembro.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

É preciso desvincular BPC e aposentadoria do salário mínimo (Editorial)

Com a cotação do dólar em alta recorde, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, adiou uma viagem à Europa para enfim apresentar seu pacote para controle de gastos. Será melhor se a proposta for além de apenas ajustes pontuais, incapazes de resgatar a credibilidade do arcabouço fiscal. Para mostrar que leva a sério o compromisso de reduzir a trajetória preocupante da dívida pública, o governo precisa tomar decisões duradouras de caráter estrutural. A mais evidente é desvincular a correção das aposentadorias e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) do salário mínimo.

Recentemente o BPC, voltado a idosos e deficientes de baixa renda, se tornou foco de um pente-fino para combater fraudes e irregularidades. Mas apenas isso, como o próprio governo já reconheceu, será incapaz de conter o peso crescente que vem ganhando nas contas públicas. O Brasil não é o único a adotar programa com esses objetivos, mas na comparação internacional o valor do BPC já é alto. Além disso, o reajuste foi anabolizado. A regra de correção é a mesma do salário mínimo, que desde o ano passado permite aumento acima da **inflação**. E saudável que, à medida que o país for crescendo, o mínimo obtenha ganho real. Mas isso não faz sentido para um benefício de caráter assistencial, cujo poder de compra pode ser garantido apenas pela correção segundo a **inflação**.

Mudança idêntica deveria ser feita na política de reajuste das aposentadorias. Quem trabalha costuma ter filhos e dependentes. Gasta mais com aluguel, comida, luz e água. Como se apresenta diariamente no local de trabalho, é obrigado a gastar parte do orçamento familiar em roupas melhores e transporte. Tem estilo de vida completamente distinto de quem já se aposentou. Também já não contribui para o crescimento e a produtividade da economia. Por isso, o razoável é sua remuneração ser corrigida também pela **inflação**, de modo a preservar seu poder de compra, mas sem o ganho real devido aos que estão na ativa.

Tratar grupos diferentes da mesma forma é uma das causas do déficit da Previdência. Com as regras atuais e a inércia demográfica, o resultado será desastroso. Pelos cálculos mais recentes, a população brasileira chegará ao pico na próxima década, logo começará a declinar. Haverá cada vez menos brasileiros em idade

ativa contribuindo para sustentar cada aposentado.

Países que teimam em gastar acima das possibilidades elevam o endividamento, pressionam os juros, reduzem os investimentos e as chances de períodos longos de crescimento econômico alto. Sem cortes relevantes na trajetória das despesas ao longo do tempo, a economia brasileira não irá longe.

Poucos ainda acreditam na intenção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de reverter o aumento da dívida pública no curto prazo. O resgate da credibilidade foi prometido inúmeras vezes em declarações. Até o momento, o efeito foi irrisório. A promessa agora é que o governo partirá para a ação. No fim de semana, Lula se reuniu com técnicos da Fazenda para ouvir propostas. "Penso que estamos na reta final", disse Haddad. Reempacotar medidas recentes ou promover ajustes pontuais para diminuir o rombo em 2025 não resolverá o problema. Perto de chegar à metade do mandato, Lula tem a oportunidade de acabar com as dúvidas sobre seu comprometimento com a responsabilidade fiscal. Oxalá não a perca.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

O que calcula o mercado financeiro - MÍRIAM LEITÃO

MÍRIAM LEITÃO

O que seria um bom resultado para as medidas de ajuste a serem anunciadas? Um número que ouvi em um grande banco foi de R\$ 35 bilhões de corte, desde que não incluisse o que foi cortado anteriormente no orçamento do ano que vem, ou seja, os R\$ 25 bilhões já anunciados. Mas há economistas que esperam R\$ 50 bilhões. O que se deseja é que a trajetória da dívida, em algum momento, se inverta. No dia de ontem, de expectativa do anúncio das medidas de ajuste, a bolsa subiu, o dólar e os juros futuros caíram, apesar da alta da Selic que acontecerá na quarta-feira. Mas, em relação aos indicadores financeiros, tudo pode mudar. Ou seja, a queda de ontem é parte da volatilidade.

Uma medida aguardada é que o acesso ao Abono Salarial seja pela renda familiar e não pela renda individual. Isso aumentaria o foco do programa, que sempre foi criticado pelos economistas como pouco focado. Outra medida aventada é o aumento da parcela do Fundeb incluída no cálculo do piso da educação, que hoje é de 30% e poderia ir para 50% ou 60%. Isso não é corte em si, mas uma flexibilidade maior do orçamento.

Outra proposta discutida com frequência é a de estabelecer o teto de 2,5% de aumento real de todas as despesas porque isso adequaria a dinâmica dos gastos àquela permitida pelo arcabouço fiscal, que condiciona esse aumento a uma elevação ainda maior da receita. Isso seria estrutural, positivo, mas com ressalvas.

-É importante definir o que entra ou não nesse sublimite de 2,5%. Se a despesa com pessoal for incluída, há risco de aumento. Hoje, essas despesas nem chegam a esse percentual, mas, se forem incorporadas, podem estimular novos reajustes além dos já concedidos este ano, abrindo espaço para mais aumentos nos próximos anos. O ideal seria que saúde e educação, que atualmente crescem 100% da receita do governo, estivessem dentro desse limite de 2,5% - explica um economista de um grande banco.

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) está crescendo a 15% este ano. Se ele for submetido ao novo limite, esse aumento explosivo de concessão de novos benefícios poderia ser contido. Desde que

venham a funcionar as medidas anunciadas anteriormente como controle das fraudes com uso de biometria e cruzamento mensal de dados.

- Do contrário, as despesas seriam apenas adiadas. Simplesmente adia-se esse acesso ao BPC e pode gerar uma fila-disse outro economista.

Os economistas de bancos e de consultorias não querem comentar sobre o assunto enquanto aguardam as medidas, que foram mais uma vez discutidas ontem em reunião no Palácio do Planalto.

O grande ponto para o qual todos olham é a dívida pública. Em agosto, estava em 78,5% do **PIB**, mas a Instituição Fiscal Independente estima que continue subindo e encerre o ano em 80%. Segundo Marcus Pestana, diretor da IFI, se não houver mudanças estruturais nas finanças públicas, pode chegar a 90% em 2029.

- Longe de nós acharmos que estamos à beira do precipício, uma situação perto de Venezuela ou Argentina. Não se trata disso. Há governabilidade, é uma situação delicada mas sob controle. Mas os indicadores econômicos apontam nessa direção -disse Pestana.

Um dos economistas que ouvi, talvez um mais otimista, disse que, pela primeira vez, nota-se na sociedade brasileira, e no Congresso, um amadurecimento da percepção de que é preciso mexer na rigidez orçamentária. Há vários grupos mesmo de diferentes tendências olhando essa questão, até porque quem não é governo, espera ser um dia. E essa rigidez tira a possibilidade de administrar o país.

Outro economista me alertou que o país vai terminar o ano com um resultado primário melhor do que o mercado esperava no início do ano, mas lembra que é preciso tirar a incerteza em relação ao cumprimento dos 2,5% de limite para o crescimento da receita acima da **inflação**. A torcida, disse ele, é para que "as medidas mostrem que o arcabouço fiscal será respeitado e que tenhamos apoio político para aprovar as medidas".

Pelo que ficou demonstrado ontem, a preparação do conjunto de medidas de ajuste está na sua reta final.

No governo, o que se ouve é que serão medidas que terão efeito mais prolongado no tempo e que vão mexer na estrutura do crescimento das despesas públicas. Mas prefere-se não adiantar nem confirmar as medidas específicas, para que não haja reação antes de serem anunciadas e explicadas.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Lula reúne ministros para discutir corte de gastos

JENIFFER GULARTE, BERNARDO UMA, THAÍS BARCELLOS, GERALDA DOCA E SÉRGIO ROXO
economia@oglobo.com.br BRASÍLIA

O governo debate se incluirá no pacote de corte de despesas públicas preparado pelo Ministério da Fazenda mudanças nos cálculos do piso orçamentário de Saúde e Educação. O modelo levado ao presidente Lula prevê que os pisos deixarão de ser vinculados à receita e passariam a ser atrelados aos limites de gastos do arcabouço fiscal, pelo qual as despesas não podem crescer mais de 2,5% acima da inflação.

Lula, que se reuniu com técnicos no fim de semana, chamou ontem os ministros da Educação, Camilo Santana, e da Saúde, Nísia Trindade, para uma reunião no Palácio do Planalto, porque essas pastas podem ser afetadas pelos cortes. Os ministros Fernando Haddad (Fazenda), Rui Costa (Casa Civil), Simone Tebet (Planejamento) e Esther Dweck (Gestão) já vinham debatendo os cortes de gastos e também participaram do encontro, além do ministro do Trabalho, Luiz Marinho.

Todos saíram do Palácio do Planalto sem falar com a imprensa após o encontro, que durou três horas. O Ministério da Fazenda informou, em nota, que na reunião "o quadro fiscal do país foi apresentado e compreendido, assim como as propostas em discussão". A Fazenda disse ainda que, hoje, outros ministérios serão chamados pela Casa Civil, "para que também possam opinar e contribuir".

TEMOR DA ALA POLÍTICA

A desvinculação dos pisos de Saúde e Educação da receita vinha sendo defendida há mais tempo por integrantes do Ministério da Fazenda. A ala política do Palácio do Planalto avalia, no entanto, que, se for adiante, isso poderá gerar desgastes dentro do PT e em outros setores da base de esquerda de Lula.

Antes da entrada em vigor do arcabouço fiscal - regra que hoje ordena as contas públicas do país, aprovada pelo governo Lula em 2023 -, o teto de gastos, criado pelo ex-presidente Michel **Temer**, havia determinado que os pisos de Saúde e Educação fossem corrigidos, ano a ano, apenas pela inflação.

Com o fim do teto de gastos, voltaram a valer as

previsões constitucionais de vincular essas rubricas às receitas. Mas a regra representa um forte impacto para o atual arcabouço fiscal, que prevê que as despesas totais do governo devem crescer entre 0,6% e 2,5% acima da inflação a cada ano. Dessa forma, o que a Fazenda tem como proposta é limitar o crescimento dos gastos das áreas às mesmas regras do arcabouço fiscal. Assim, os pisos cresceriam no máximo até 2,5% acima da inflação.

Outra alternativa é colocar para "dentro" dos pisos de educação e saúde as emendas parlamentares destinadas a essas rubrica. As mudanças precisam ser aprovadas por meio de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC).

Ainda não há data confirmada para os anúncios das medidas. Dentro do Planalto, auxiliares de Lula consideraram um alívio a queda do dólar e dos juros futuros ontem, após a fala de Haddad de que as discussões estão na reta final. Após pedido do presidente, diante da disparada do dólar, o ministro cancelou a viagem que faria à Europa e vai se dedicar à agenda de corte de gastos.

-Minha ida (para a Europa) estava dependendo dessa definição, se essa semana ou semana que vem, seriam feitos os anúncios. Como as coisas estão muito adiantadas do ponto de vista técnico eu acredito que nós estejamos prontos esta semana para fazer o anúncio. Penso que nós estamos na reta final -disse Haddad.

Um dos pontos mais sensíveis é sobre o que fazer com os gastos do benefício de Prestação Continuada (BPC), que dispararam nos últimos meses. Está praticamente fora de questão desvincular o BPC do salário mínimo. Como mostrou O GLOBO, o governo vai propor este mês ao Congresso um projeto de lei com as novas regras para acesso e manutenção de beneficiários, numa tentativa de bloquear o pagamento a quem não se adéqua às normas.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Desacelerar benefícios traria economia de R\$1,1 tri, estima Bijos

Lu Aiko Otta e Guilherme Pimenta De Brasília

A desaceleração no ritmo de crescimento dos benefícios previdenciários e dos Benefícios de Prestação Continuada (BPC) poderia gerar economia de R\$ 1,1 trilhão no prazo de dez anos. A mesma medida aplicada aos pisos de saúde e educação, por sua vez, proporcionaria uma redução de gastos de R\$ 97 bilhões no período de 2026 a 2028. É o que aponta o estudo "O Caminho do Equilíbrio: É Preciso "Cortar" Gastos?", elaborado pelo ex-secretário de Orçamento Federal Paulo Bijos, consultor de orçamento da Câmara dos Deputados.

Essas reduções na despesa seriam alcançadas caso esses itens passassem a ter seu valor corrigido apenas pela inflação. Se, além disso, recebessem um ganho real de 0,6%, que é o limite inferior de aumento real na despesa estabelecido no arcabouço fiscal, as economias seriam de R\$ 890 bilhões e R\$ 77,5 bilhões, respectivamente.

No estudo, Bijos propõe que o ganho real para Previdência e BPC seja discutido a cada início de mandato presidencial, levando em conta a situação atuarial do Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS) e a saúde fiscal do país. Já os pisos de saúde e educação poderiam ter seu ritmo de crescimento definido no início do mandato, mas alocações adicionais poderiam ser discutidas a cada ano. No trabalho, o ex-secretário ressalta que essas medidas não constituem cortes de gastos.

"Mais fundamental e factível, com visão prospectiva, é desacelerar o crescimento do gasto público", diz.

Na reta final de elaboração das medidas de ajuste fiscal, as hipóteses apontadas por Bijos enfrentam grande resistência de alas do governo. O desatrelamento das aposentadorias em relação à política de valorização do salário mínimo, tema caro ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi descartado semanas atrás pela ministra do Planejamento, Simone Tebet.

A desindexação dos pisos de saúde e educação também é combatida nos bastidores. Meses atrás, foi apontada como debate a ser travado no próximo governo.

No momento, porém, há sobre a mesa propostas que não mudam a indexação, mas incluem novas despesas entre as financiadas com os recursos do piso. Por exemplo, contabilizar 60%, e não mais 30%, dos repasses da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), para efeito de cumprimento do mínimo constitucional.

O estudo considera que o equilíbrio das contas públicas é um desafio que, não superado, "tende a interromper a boa jornada econômica em curso". Busca-se estabelecer um horizonte de médio e longo prazos que aponte para a geração sustentável de resultados primários positivos, de forma a ao menos estabilizar a dívida pública.

"O esforço fiscal requerido nesse sentido, todavia, é de operacionalização inexecutável da noite para o dia", aponta. Por isso, a proposta é buscar o reequilíbrio fiscal de forma gradual, "sob o entendimento de que não há margem substantiva para novos aumentos de receita".

Do lado das despesas, o desafio é o aumento persistente das despesas obrigatórias. No caso da Previdência, a perspectiva é de continuidade do crescimento, dado o envelhecimento da população.

Saúde e educação

Já os gastos mínimos com saúde e educação são vinculados ao comportamento da receita, por determinação constitucional.

"Esse tipo de vinculação dificulta a melhoria de resultados fiscais, pois mais arrecadação inexoravelmente implica gastos maiores", observa. "Além disso, torna o gasto público mais volátil, pró-cíclico e acrítico, visto que é automaticamente guiado e desacompanhado de critérios de desempenho." Tanto os gastos com Previdência e BPC como os com saúde e educação não se harmonizam com o arcabouço fiscal, que limita o crescimento das despesas a até 2,5% ao ano. Além disso, não deixam espaço para acomodar novos gastos, como os decorrentes das emergências climáticas.

Bijos reconhece, no estudo, que as medidas propostas representam desafios políticos. "A margem para a

inação, todavia, é cada vez menor", observa. "Afinal, se a necessidade de mudança na trajetória de despesas obrigatórias e rígidas já está contratada, então a questão passa a ser como conduzi-la." Na sua avaliação, um "plano de voo" completo para o ajuste das contas públicas, capaz de "fortalecer a credibilidade da política fiscal" deveria ser apresentado "no máximo até 15 de abril do próximo ano, quando será encaminhado ao Congresso Nacional o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2026. Esse plano, também cita Bijos, seria "orientado ao alcance de resultados primários condizentes com a estabilização da dívida pública".

No trabalho, o ex-secretário propõe ajustes na lei do arcabouço.

Um deles seria resgatar o "fator democrático", que permitia a cada governo estabelecer os parâmetros do arcabouço, de forma a modular o tamanho do esforço fiscal.

Outra sugestão seria mudar o piso de investimentos previsto no arcabouço, de 0,6% do Produto Interno Bruto (**PIB**). "Em que pese seu nobre propósito, esse piso pode trazer sérios constrangimentos à gestão orçamentária", alerta.

Pelas regras atuais, explica, só podem ser bloqueadas dotações para investimentos que ultrapassem esse piso. Em um quadro que exija um bloqueio grande, existe o risco de despesas de correntes terem de ser cortadas até o ponto de um "shutdown" (paralisia) da máquina pública, de forma a preservar os investimentos mínimos.

Bloqueio é a medida de contenção de gastos adotada pelo governo quando as despesas projetadas são maiores do que o limite permitido pelo arcabouço fiscal.

"Se investimentos públicos são reputados como prioritários, o melhor caminho é controlar o aumento de gastos obrigatórios de forma a preservar espaço discricionário para acomodá- los", defende.

Bijos ressalta outros avanços necessários no campo do Orçamento público. Entre eles, maior instrumentalização de Legislativo e Judiciário em matéria fiscal, o aprofundamento do trabalho de revisão de gastos e a atualização da lei de finanças públicas, que data de 1964. Propõe também uma agenda de longo prazo que deveria contemplar, por exemplo, o financiamento do déficit previdenciário após 2030.

Ex-secretário

propõe agenda de longo prazo para financiar déficit previdenciário

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188033?page=24§ion=1>

EUA abrem eleição mais incerta de sua história

Roberto Lameirinhas De São Paulo

Em meio à eleição presidencial mais incerta de sua história, os EUA votam hoje sem que tenham sequer um quadro claro de quando conhecerão o resultado da votação.

Com as pesquisas indicando um persistente empate técnico na disputa presidencial entre a democrata e atual vice-presidente americana, Kamala Harris, e o candidato republicano e ex-presidente, Donald Trump, analistas indicam que a apuração pode demorar dias - ou até mesmo semanas.

Espera-se que a contagem em todos os 50 Estados seja cercada de contestações judiciais, pedidos de impugnação e validação de votos, desinformação e manifestações de grupos vinculados aos dois candidatos.

Esse quadro se agrava em sete Estados-chave - Pensilvânia, Wisconsin, Geórgia, Carolina do Norte, Nevada Arizona e Michigan -, que devem efetivamente resolver a eleição e onde as pesquisas mostram empate técnico, com os candidatos se alternando na liderança numérica desde o início da campanha.

A eleição presidencial nos EUA não é direta. Vence o candidato que reunir pelo menos 270 delegados estaduais ao Colégio Eleitoral.

Em regra geral, o candidato vencedor em um Estado obtém o voto de todos os seus delegados.

Até ontem, pelo menos 78 milhões de eleitores já tinham votado antecipadamente. O número representa quase a metade dos cerca de 160 milhões que votaram na eleição presidencial de 2020. Para este ano, 240 milhões de eleitores estão aptos a votar.

Pesquisas nacionais também não ajudam a dissipar as dúvidas.

Kamala e Trump se alternam na liderança desde 21 de julho, quando ela assumiu a candidatura. Ontem à noite, o agregador de pesquisas RealClearPolitics registrava um empate entre os dois candidatos, com 48,5% cada. Esse cenário torna também imprevisível a composição da Câmara - que se renova totalmente - e do Senado, que elegerá 33 de seus 100 integrantes

para um mandato de 6 anos.

O enredo de tensão da passou pela substituição do candidato democrata, duas tentativas de assassinato de Trump, processos criminais e uma profusão de notícias falsas, insultos e ameaças em um grau bem acima da média das campanhas americanas.

Economia e imigração foram dois dos temas predominantes da campanha, com o Trump acusando o governo de Biden/Kamala de "destruir o país", elevando a **inflação** e aumentando **impostos**. Além disso, em declarações repletas de desinformação, a campanha de Trump disseminou a ideia de que o governo atual "abriu as fronteiras americanas a ladrões e estupradores estrangeiros" - incluindo a notícia falsa de que haitianos estavam "comendo animais de estimação" na cidade de Springfield, em Ohio.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188033?page=24§ion=1>

Produtividade, crescimento e distribuição de renda (Artigo)

Por João Saboia

João Saboia é professor emérito do Instituto de Economia da UFRJ.

Voltando ao Brasil em 1975, após meu período de doutorado na Universidade da Califórnia, em Berkeley, pude acompanhar o debate que ocorria por aqui sobre as causas da piora da distribuição de renda no país.

De um lado estava o economista Carlos Langoni, que teve acesso privilegiado aos dados individuais do Censo de 1970, e defendia a tese de que a piora se devia principalmente a um problema de oferta e demanda por mão de obra qualificada no país, que estava crescendo a altas taxas e precisava desse pessoal mais qualificado. Isso teria induzido a um aumento de seus salários com consequente piora na distribuição de renda.

Do outro lado se posicionaram vários economistas como Maria da Conceição Tavares, Luiz Gonzaga Belluzzo, Paul Singer, Rodolfo Hoffmann, Edmar Bacha, José Serra e outros que culpavam o modelo econômico de "aumentar o bolo para depois distribuir", conforme sugerido por Delfim Neto.

Um dos livros mais importantes, publicado pela Zahar Editora em 1975, discutindo a questão da piora da distribuição de renda no período, foi "A Controvérsia sobre Distribuição de Renda e Desenvolvimento", organizado pelo saudoso Ricardo Tolipan, ex-professor do Instituto de Economia, e Arthur Tinelli.

Um dos capítulos mais interessantes do livro é "Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico do Brasil", escrito por Pedro Malan e John Wells, em que os autores praticamente destroem os argumentos de Langoni sobre as causas da piora da distribuição de renda no Brasil naquele período, atribuindo tal piora ao modelo econômico implantado pelo governo militar.

Cinquenta anos depois, ao folhear o livro, sinto uma grande frustração. A má distribuição de renda no Brasil continua sendo uma das características centrais de nossa sociedade. É verdade que ela se reduziu em pouco (Gini baixou da faixa 0,6 para 0,5) no período. Houve momentos de melhora, seguidos de piora, de nova melhora, de nova piora, dependendo da conjuntura política e econômica. De qualquer forma,

ela continua muito desigual para o padrão internacional de modo que nunca nos livramos do problema.

No caso da alta da pobreza no Brasil, outra característica de nossa sociedade, tem havido melhora. Mas as altas taxas de pobreza continuam a desafiar o país. Nos últimos anos houve forte transferência de renda aos mais pobres, de modo que tanto a pobreza extrema quanto pobreza relativa melhoraram no longo prazo. O programa símbolo das políticas de transferência de renda é sem dúvida o Bolsa Família, cujo volume praticamente triplicou nos anos recentes.

Com isso a pobreza tem sido reduzida, mas a distribuição de renda no país continua perversa, colocando o Brasil entre os campeões da má distribuição de renda no mundo.

A pergunta que surge imediatamente é: por que o Brasil tem uma distribuição de renda tão desigual e por que temos tanta dificuldade em melhorá-la de forma significativa? A resposta seria bastante complexa e não é nosso objetivo neste curto artigo tentar respondê-la, mas apenas apontar para algumas dificuldades que poderiam ser enfrentadas nessa direção.

No passado, o crescimento econômico podia ser obtido com a incorporação de novos/as trabalhadores/as (pessoas desempregadas ou fora da força de trabalho) ao mercado de trabalho.

Com a transição demográfica dos últimos anos, entretanto, essa fonte tende a diminuir e eventualmente secar definitivamente.

O número de pessoas jovens vem diminuindo ao mesmo tempo em que a população idosa aumenta.

Assim, o aumento do **PIB** vai depender cada vez mais do aumento da produtividade.

A produtividade do trabalho no Brasil tem evoluído de forma bastante insatisfatória, especialmente na última década. Além disso, a comparação internacional deixa o país numa péssima situação.

Não apenas na comparação com os países mais

desenvolvidos, mas principalmente com os menos desenvolvidos, em que também ficamos para trás, como Argentina, México, Uruguai, Chile, Colômbia, Peru e Equador.

Temos pesquisado no Instituto de Economia da UFRJ a questão da produtividade do trabalho no Brasil. Nosso último estudo de longo prazo procura associar o nível educacional da população ocupada e a taxa de investimentos à evolução da produtividade nos últimos 40 anos, deixando clara a importância dos investimentos e da educação para o crescimento da produtividade¹.

O comportamento dos investimentos no período analisado apresenta grande semelhança com a evolução da produtividade.

Em geral, em períodos de crescimento do investimento houve também aumento da produtividade e vice-versa. O período 2003/2013 é bastante ilustrativo, coincidindo com um forte aumento dos investimentos e da produtividade do trabalho. Os períodos de queda dos investimentos estão associados à estagnação ou queda da produtividade.

A associação positiva entre investimentos e produtividade é muito clara.

A escolaridade do país cresceu bastante ao longo das últimas décadas, confirmando a melhora em termos de escolaridade da população ocupada, tanto quando considerada a escolaridade média ou o percentual de ocupados com o curso superior completo.

Embora a análise visual das séries não permita identificar claramente a relação entre escolaridade e produtividade, os modelos utilizados estimam relações positivas e significativas. Assim, os dados de escolaridade ao longo dos quarenta anos analisados sugerem que a melhora na educação da população ocupada teria contribuído para o aumento da produtividade do trabalho no país. E como ficam as relações entre a produtividade do trabalho e a distribuição de renda? Até que ponto o crescimento da primeira beneficia a segunda? Nosso histórico não permite concluir imediatamente que uma beneficia a outra (vide o período do "milagre econômico"). Mas, por outro lado, pensando no futuro, acreditamos que o aumento da produtividade é uma condição necessária, embora não suficiente, para a melhora da distribuição de renda daqui para a frente.

É claro que programas de transferência de renda podem e devem ser utilizados, mas um verdadeiro processo de melhora da distribuição de renda passa obrigatoriamente pelo mercado de trabalho e o processo fica muito mais simples se houver

crescimento econômico. Como o crescimento da economia não pode mais depender principalmente da incorporação de novas pessoas ao mercado de trabalho por conta da transição demográfica, a saída óbvia seria por meio do aumento da produtividade do trabalho, preferencialmente para aqueles trabalhadores com menores níveis de produtividade e salários.

Conforme apontado por nosso estudo, investimentos e educação são fundamentais para o crescimento da produtividade e é por aí que passa a solução para o crescimento da economia com melhoria da distribuição de renda no futuro.

1) Ver João Saboia; Susan Schommer; Camilla Oliveira, Produtividade do Trabalho, Investimentos e Educação no Brasil - dos anos 1980 aos anos 2020, Texto para Discussão 014/2024, Instituto de Economia, UFRJ.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188033?page=24§ion=1>

Mercado financeiro projeta taxa Selic de 12,5% em junho de 2025

HAMILTON FERRARI

Os agentes do mercado financeiro apostam que a taxa básica, a Selic, subirá para 12,50% ao ano em junho de 2025. O Copom (Comitê de Política Monetária) deverá decidir amanhã por aumentar o juro base em 0,5 ponto base, segundo as estimativas do Boletim Focus.

A Selic atualmente é de 10,75%. As projeções divulgadas ontem indicam que a aumentará para 11,25% nesta semana e terminará o ano a 11,75%. São duas altas de 0,5 ponto percentual previstas para 2024.

O mercado também avalia que serão necessários reajustes em 2025, elevando a Selic para 12,50% em junho do próximo ano. Se o cenário se concretizar, o BC (Banco Central) sob comando de Gabriel Galípolo terá que aumentar os juros em 0,75 ponto percentual em 2025.

Alguns motivos para esse reajuste maior da Selic é o mercado de trabalho aquecido, que tem impactos na demanda. A taxa de desemprego do Brasil atingiu 6,4% no 3º trimestre, o 2º menor nível da história. A **inflação** de serviços tem sido pressionada pelo maior dinamismo do emprego e renda, que também tem resultado em crescimento econômico acima do esperado pelos agentes financeiros e pelo Banco Central.

Outro fator que tem aumentado a preocupação dos analistas é a cotação do dólar comercial, que tem efeitos sobre os preços. A moeda norte-americana atingiu R\$ 5,87 na última 6ª feira, o 2º maior valor da série histórica, iniciada em 2012.

Os principais indicadores de índice de preços do Brasil demonstram que: **inflação** oficial - taxa de 4,42% no acumulado de 12 meses até setembro; Previa da **inflação** - taxa de 4,47% no acumulado de 12 meses até o mês outubro.

A meta de **inflação** do Brasil é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima e para baixa. Ou seja, de 1,5% a 4,5%..

Site:

https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_9

**BE012588873E0B7481560D9BE8F225A33A83583AAEEC4
B1A434CCD6FB05CD5B38BBC79BE4222F39A1B2CC9D
E9EFF574883EF6E5286BB2718FC33DF3B05CFFB53A581
AEB89102F49F31169A07A0E3B0112045E448F09226FF15
684E5183E2DA3B72D76A89A6E9DCA06CBE95974A9774
649752A7A9EE17EC36B138**

Fazenda apresenta a Lula quadro fiscal e propostas da equipe econômica; dólar cai

DA REDAÇÃO Com agências

A assessoria do Ministério da Fazenda informou nesta segunda, 4, que o quadro fiscal do País e as propostas em discussão pela equipe econômica foram apresentadas e compreendidas na reunião desta segunda-feira, 4, com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ministros.

De acordo com a nota divulgada à imprensa, outros ministérios serão convocados amanhã, 5, pela Casa Civil para participar do debate, sem detalhar quais.

"O Ministério da Fazenda informa que na reunião desta segunda-feira (4), o quadro fiscal do País foi apresentado e compreendido, assim como as propostas em discussão. Nesta terça (5), outros ministérios serão chamados pela Casa Civil para que também possam opinar e contribuir no âmbito das mesmas informações", diz a Fazenda em nota.

A reunião de ontem, convocada em meio à expectativa do anúncio do pacote de contenção de gastos, terminou sem declaração à imprensa. O encontro começou às 15h30 e terminou por volta das 18h45. Participaram, além de Lula, os ministros Fernando Haddad (Fazenda), Rui Costa (Casa Civil), Simone Tebet (Planejamento), Esther Dweck (Gestão), Nísia Trindade (Saúde), Luiz Marinho (Trabalho) e Camilo Santana (Educação). Também estiveram no encontro o secretário-executivo da Fazenda, Dario Durigan; o secretário de Política Econômica, Guilherme Mello; e a secretária-executiva da Casa Civil, Miriam Belchior.

A equipe econômica do governo tem se debruçado nas últimas semanas sobre uma agenda que vem sendo cobrada por investidores e setores da política desde o começo do governo do presidente Lula: o corte de gastos públicos.

Por enquanto, as medidas em estudo ainda não foram detalhadas, o que tem gerado nervosismo no mercado financeiro - com pressão sobre o dólar, queda da Bolsa de Valores e alta dos juros futuros.

DÓLAR O dólar fechou em baixa ontem, após registrar o seu segundo maior valor nominal da história (descontada a **inflação**) na última sexta-feira (1º). Ao final da sessão, o dólar recuou 1,48%, cotado a R\$ 5,7831. Na mínima do dia, chegou a R\$ 5,7562 Em

uma semana de noticiário movimentado, investidores seguem na expectativa pelas medidas de cortes de gastos prometidas pelo governo e pelas decisões de juros no Brasil e nos Estados Unidos.

As eleições presidenciais norte-americanas e seus efeitos na economia local e internacional também seguem no radar.

Por aqui, o alívio na taxa de câmbio veio após o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, cancelar uma viagem à Europa nesta semana a pedido do Presidente Lula, em meio a pressões do mercado financeiro por um pacote de corte nos gastos.

Site: <https://www.gazetadealagoas.com.br/edicao-digital/Page?editionId=6374>

Copom se reúne com projeção de aumento da taxa de juros para 11,25%

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central se reúne nesta terça e quarta-feira (05 e 06/11) para decidir sobre a taxa básica de juros, a Selic, e analistas financeiros projetam um novo aumento, levando-a para 11,25% ao ano. A expectativa foi destacada no Boletim Focus, divulgado nesta segunda-feira (4), onde instituições financeiras consultadas pelo Banco Central indicaram preocupação com a **inflação** e as incertezas econômicas, sugerindo que um ajuste nos juros pode ser necessário para manter o controle sobre os preços.

Essa será a segunda elevação em sequência desde setembro, quando a Selic foi ajustada para 10,75% ao ano, após um período de cortes que havia reduzido a taxa de 13,75% para 10,5% entre agosto do ano passado e maio deste ano. Além desta reunião, o Copom terá mais uma oportunidade de decidir sobre a Selic antes do final de 2024, em 10 e 11 de dezembro.

Inflação A principal motivação para o possível aumento dos juros é a necessidade de controlar a **inflação**, que voltou a dar sinais de aquecimento. A previsão para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a **inflação** oficial do país, subiu pela quinta semana consecutiva, alcançando 4,59% para este ano. Esse número supera o teto da meta de **inflação** estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), que estipulou 3% como centro da meta, com margem de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

Além disso, o CMN adotará uma meta contínua a partir de 2025, mantendo o índice de 3% como o centro. O sistema pretende reduzir a necessidade de metas anuais, proporcionando mais flexibilidade e previsibilidade para as políticas econômicas do Banco Central.

Apesar da alta nos juros, as projeções para o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) neste ano seguem otimistas, com expectativa de um aumento de 3,1% em 2024. O mercado projeta um crescimento mais moderado para 2025, em 1,93%, e para 2026 e 2027, o índice se estabiliza em torno de 2% ao ano.

Em relação ao câmbio, o dólar deve encerrar o ano cotado a R\$ 5,50, levemente acima das projeções para 2025, que estimam a moeda norte-americana em

R\$ 5,43. A oscilação cambial tem sido um dos elementos de preocupação para a **inflação** e poderá influenciar o ritmo das futuras decisões do Copom sobre a Selic.

Como principal instrumento de controle da **inflação**, a Selic influencia diretamente o custo do crédito, estimulando ou inibindo o consumo e os investimentos. Com a taxa em alta, espera-se uma desaceleração do consumo, devido ao encarecimento do crédito, o que ajuda a controlar a pressão sobre os preços, mas pode enfraquecer o crescimento econômico no médio prazo. A decisão do Copom será observada de perto por investidores e empresas, que aguardam sinais sobre o direcionamento da política monetária para 2025.

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/>